

Executivo preconiza aumento gradual de novos focos

Jornal O Independente
16 de Julho de 2011

A Política Habitacional do Executivo da República de Angola preconiza o aumento gradual da oferta de novos fogos habitacionais para progressivamente satisfazer a sua procura por todos os estratos sociais e níveis de rendimento dos cidadãos. Em 2010, a Sonangol E.P., através da sua subsidiária exclusiva, a Sonangol imobiliária e Propriedades, Lda. (Sonip), foi mandatada para concluir tais projectos.

O Programa Nacional de Urbanismo e Habitação inclui igualmente a construção em todo o país de casas económicas, a autoconstrução dirigida e a construção de casas evolutivas para os cidadãos de menor rendimento, no meio rural e na periferia dos centros urbanos. Assim estão criadas as condições necessárias para que se dê início à comercialização e venda de fogos habitacionais

(imobiliário habitacional); fogos comerciais (imobiliário comercial) e terrenos para iniciativas diversas.

Deste modo, o mercado imobiliário passa a contar com mais 3.180 novos fogos habitacionais, de um total de 30 mil que serão comercializados até Dezembro de 2012; com 40 lojas comerciais de um total de 240 e com milhares de quilómetros quadrados de terrenos para iniciativas diversas, públicas e privadas, na Cidade de Kilamba e na vila de Cacucaco. Para o efeito, o Executivo adoptou como parte integrante do seu Programa Nacional de Urbanismo e Habitação um Regime Financeiro e de Comercialização, que prevê o envolvimento de instituições financeiras, bancários e não bancárias, nas operações de crédito e de financiamento a longo prazo, como uma das opções para a aquisição de habitação. O referido regime estabelece critérios mínimos de admissibilidade de acesso à habitação construída no âmbito do Programa

Nacional de Habitação, que se resumem a: ser cidadão angolano, possuir residência permanente em Angola, não possuir casa própria e ter um contrato de trabalho permanente ou de longo prazo.

O Regime Financeiro e de Comercialização define igualmente o modo como o cidadão poderá ter acesso à aquisição de uma habitação, o modelo de registo da propriedade dos imóveis e como obter a redução da despesa fiscal e tributária da habitação. O Executivo presta uma atenção especial ao registo da propriedade dos imóveis, definindo o desenho e o modelo dos documentos e a informatização dos processos de concessão dos títulos de propriedade, com a finalidade de garantir a segurança jurídica do título de propriedade.

Inscreve-se também neste sentido a criação do Guichet Único do Imóvel e a instalação de cartórios locais nas proximidades das novas centralidades, a fim de se aliviar a pressão sobre as conservatórias já existentes, tomando célere o processo de registo e reduzindo a potencial burocratização. É visível que o Executivo declara que desenvolverá esforços no sentido do cumprimento escrupuloso do processo de aquisição de habitação, de modo a não permitir e a dissuadir eventuais casos de açambarcamento e de especulação imobiliária, através de práticas comerciais desleais e lesivas ao normal funcionamento das instituições e dos mercados.

Entretanto, a Sonangol. Ep, através da sua subsidiária exclusiva, a Sonangol Imobiliária e Propriedades, Lda. (Sonip) e a KORA Angola divulgarão, conforme os seus respectivos programas e estratégia de comunicação, os detalhes sobre a promoção, comercialização e venda de cerca dos 200.000 fogos habitacionais actualmente em construção em todo o país.